

RESOLUÇÕES SOBRE CARREIRA E EVOLUÇÃO SALARIAL **APROVADAS NO CONGRESSO XIX CONFASUBRA E** **PLENÁRIAS DE DEZEMBRO E 2005 E MAIO DE 2007**

RESOLUÇÃO DA PLENÁRIA DEZEMBRO 2005

"De acordo com o cenário aprovado, a mudança da estrutura da tabela deve buscar se aproximar dos pisos históricos conquistados no PUCRCE, época em que obtivemos as maiores conquistas do ponto de vista do desenvolvimento do servidor e, conseqüentemente, os maiores ganhos salariais de nossa história.

Parâmetros para construção da estrutura da tabela enquanto tática de negociação:

1. Piso salarial de 3 (três) salários mínimos para o Nível de Classificação A;
2. Piso salarial de 10 (dez) salários mínimos para o Nível de Classificação E;
3. Até que se chegue ao piso de 3 (três) salários mínimos para o Nível de Classificação A, 10 (dez) salários mínimos para o piso do Nível de Classificação E e 5% (cinco por cento) de step, a Plenária autoriza a quebra da linearidade da tabela, como tática de mesa de negociação para resolução do VBC, buscando a aproximação dos pisos históricos conquistados no PUCRCE, para os Níveis de Classificação B, C e D."

RESOLUÇÃO SOBRE CARREIRA DO XIX CONFASUBRA DEZEMBRO DE 2006

"Todas as Propostas de alternativas de negociação das etapas de **REESTRUTURAÇÃO DA TABELA** serão encaminhadas para debate nas bases e pautadas para a deliberação na 2ª Plenária Estatutária da FASUBRA: "**CONSIDERANDO A DELIBERAÇÃO sobre a reestruturação ocorrida na Plenária de Dezembro de 2005**". O que faltou foi **descer para a discussão nas bases e qual a forma de chegarmos a esta proposição, ou seja, as tabelas dentro desta deliberação citada acima, e a deliberação da plenária de dezembro de 2005.**"

RESOLUÇÃO DA PLENÁRIA DE MAIO DE 2007

ENCAMINHAMENTOS DA RESOLUÇÃO DO XIX CONFASUBRA ACERCA DA CARREIRA

- Considerando que continuamos na busca histórica do piso de 3 SM para o nível de Classificação A e step de 5%;
- Considerando os parâmetros estabelecidos na plenária de dezembro de 2005, e referendados no XIX CONFASUBRA, que busca os pisos históricos do PUCRCE de 1987;
- Considerando que os pisos devam ser iguais ou imediatamente superiores aos referenciais dos pisos do PUCRCE para os níveis de Classificação A, B, C, D e E, conforme acordado na reunião da Direção Nacional;
- Considerando que essa proposta foi discutida e acordada entre uma Comissão Política da DN com representantes do Fórum de NS;

Considerando, ainda:

- que o desenho da Tabela é uma conseqüência dos parâmetros estabelecidos;
- que step constante, mesmo número de padrões de vencimento e mesmo número de níveis de capacitação, para os níveis de classificação, são parâmetros para a construção da tabela;
- que os pisos estabelecidos independem do step, do número de níveis de capacitação e do número de padrões de vencimento da tabela, e;
- a impossibilidade de se vincular em uma tabela os pisos salariais ao salário mínimo;

SOBRE A TABELA SALARIAL – como tática de Mesa

A tabela Salarial será construída tomando-se por base a relação entre padrão 1 dos Níveis de Capacitação I de cada Nível de Classificação, com o padrão 1 do Nível de capacitação I do nível de Classificação A, nas seguintes proporções:

PADRÃO 1 - Ncap I - N clas A	PISO DA TABELA
PADRÃO 1 - Ncap I - N Clas C	1,34 vezes Padrão 1 - Ncap I- NClas A
PADRÃO 1 - Ncap I - NClas C	1,80 vezes Padrão 1 - Ncap I- NClas A
PADRÃO 1- Ncap I - NClas D	2,41 vezes Padrão 1- Ncap I- NClas A
PADRÃO 1 - Ncap I - NClas E	3,56 vezes padrão 1- Ncap I- NClas A

Obs: No caso de aumento de step, serão considerados os padrões cujos valores relativos mais se aproximarem das casas decimais, para mais ou para menos.

SOBRE A METODOLOGIA DE NEGOCIAÇÃO DA REESTRUTURAÇÃO DA TABELA

Todo o recurso destinado á reestruturação da Tabela será distribuído de forma que os níveis de classificação que tiveram menor percentual de ganho tenham, nas etapas seguintes, um ganho maior de tal forma que todos cheguem aos pisos desejados ao mesmo tempo.

ESTRUT. PLENARIA STEP 5% PISO 3 SM																									
R\$ 1.140,00																									
R\$	5,0	NIV CLAS.	A				B				C				D				E						
			VB/SM	VENC. BAS.	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	
P1	1,00	R\$ 1.140,00	1																						
P2	1,05	R\$ 1.197,00	2	1																					
P3	1,10	R\$ 1.256,85	3	2	1																				
P4	1,16	R\$ 1.319,69	4	3	2	1																			
P5	1,22	R\$ 1.385,68	5	4	3	2	1																		
P6	1,28	R\$ 1.454,96	6	5	4	3	2	1																	
P7	1,34	R\$ 1.527,71	7	6	5	4	3	2	1																
P8	1,41	R\$ 1.604,09	8	7	6	5	4	3	2	1															
P9	1,48	R\$ 1.684,30	9	8	7	6	5	4	3	2	1														
P10	1,55	R\$ 1.768,51	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1													
P11	1,63	R\$ 1.856,94	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1												
P12	1,71	R\$ 1.949,79	12	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1											
P13	1,80	R\$ 2.047,28	13	12	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1										
P14	1,89	R\$ 2.149,64	14	13	12	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1									
P15	1,98	R\$ 2.257,12	15	14	13	12	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1								
P16	2,08	R\$ 2.369,98	16	15	14	13	12	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1							
P17	2,18	R\$ 2.488,48		16	15	14	13	12	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1						
P18	2,29	R\$ 2.612,90			16	15	14	13	12	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1					
P19	2,41	R\$ 2.743,55				16	15	14	13	12	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1				
P20	2,53	R\$ 2.880,72					16	15	14	13	12	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1			
P21	2,65	R\$ 3.024,76						16	15	14	13	12	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1		
P22	2,79	R\$ 3.176,00							16	15	14	13	12	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1	
P23	2,93	R\$ 3.334,80								16	15	14	13	12	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1
P24	3,07	R\$ 3.501,54									16	15	14	13	12	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2
P25	3,23	R\$ 3.676,61										16	15	14	13	12	11	10	9	8	7	6	5	4	3
P26	3,39	R\$ 3.860,44											16	15	14	13	12	11	10	9	8	7	6	5	4
P27	3,56	R\$ 4.053,47												16	15	14	13	12	11	10	9	8	7	6	5
P28	3,73	R\$ 4.256,14													16	15	14	13	12	11	10	9	8	7	6
P29	3,92	R\$ 4.468,95														16	15	14	13	12	11	10	9	8	7
P30	4,12	R\$ 4.692,39															16	15	14	13	12	11	10	9	8
P31	4,32	R\$ 4.927,01																16	15	14	13	12	11	10	9
P32	4,54	R\$ 5.173,37																	16	15	14	13	12	11	10
P33	4,76	R\$ 5.432,03																		16	15	14	13	12	11
P34	5,00	R\$ 5.703,63																			16	15	14	13	12
P35	5,25	R\$ 5.988,82																				16	15	14	13
P36	5,52	R\$ 6.288,26																					16	15	14
P37	5,79	R\$ 6.602,67																						16	15
P38	6,08	R\$ 6.932,80																							16
P39	6,39	R\$ 7.279,44																							16
P40	6,70	R\$ 7.643,42																							16
P41	7,04	R\$ 8.025,59																							16
P42	7,39	R\$ 8.426,87																							16
P43	7,76	R\$ 8.848,21																							16
P44	8,15	R\$ 9.290,62																							16
P45	8,56	R\$ 9.755,15																							16

PISO A =	1,00	A
PISO B =	1,34	A
PISO C =	1,80	A
PISO D =	2,41	A
PISO E =	3,56	A

VALOR DO PISO	R\$ 1.140,00	ESTIMATIVA DE CUSTO DA FOLHA				
		TABELA ATUAL	TABELA PLENÁRIA STEP 3,6%	TABELA PLENÁRIA STEP 3,8%	TABELA PLENÁRIA STEP 4%	TABELA PLENÁRIA STEP 5%
		TOTAL GERAL ANO	TOTAL GERAL ANO	TOTAL GERAL ANO	TOTAL GERAL ANO	TOTAL GERAL ANO
CLASSE A	R\$	136.221.472,13	R\$ 217.922.754,51	R\$ 221.982.737,88	R\$ 226.120.775,77	R\$ 248.035.172,22
CLASSE B	R\$	429.810.773,20	R\$ 762.696.861,90	R\$ 790.150.437,08	R\$ 787.749.539,25	R\$ 887.615.326,13
CLASSE C	R\$	1.303.321.483,48	R\$ 2.656.505.758,11	R\$ 2.696.279.787,33	R\$ 2.726.241.008,82	R\$ 2.995.717.921,93
CLASSE D	R\$	2.355.724.424,16	R\$ 5.328.806.478,07	R\$ 5.300.617.430,53	R\$ 5.438.134.518,87	R\$ 6.124.263.730,68
CLASSE E	R\$	1.617.959.682,80	R\$ 4.510.296.505,78	R\$ 4.572.139.045,06	R\$ 4.599.365.012,23	R\$ 5.122.703.111,56
TOTAL/ANO	R\$	5.843.037.835,77	R\$ 13.476.228.358,36	R\$ 13.581.169.437,88	R\$ 13.777.610.854,94	R\$ 15.378.335.262,52

SIMULAÇÃO DE IMPACTO FINANCEIRO C/ PISO DE 1.140,00 SOBRE A FOLHA ATUAL					
		TABELA PLENÁRIA STEP 3,6%	TABELA PLENÁRIA STEP 3,8%	TABELA PLENÁRIA STEP 4%	TABELA PLENÁRIA STEP 5%
CLASSE A	R\$	81.701.282,38	R\$ 85.761.265,75	R\$ 89.899.303,64	R\$ 111.813.700,09
CLASSE B	R\$	332.886.088,70	R\$ 360.339.663,88	R\$ 357.938.766,04	R\$ 457.804.552,92
CLASSE C	R\$	1.353.184.274,63	R\$ 1.392.958.303,85	R\$ 1.422.919.525,34	R\$ 1.692.396.438,46
CLASSE D	R\$	2.973.082.053,91	R\$ 2.944.893.006,37	R\$ 3.082.410.094,71	R\$ 3.768.539.306,52
CLASSE E	R\$	2.892.336.822,98	R\$ 2.954.179.362,25	R\$ 2.981.405.329,43	R\$ 3.504.743.428,76
TOTAL/ANO	R\$	7.633.190.522,59	R\$ 7.738.131.602,11	R\$ 7.934.573.019,17	R\$ 9.535.297.426,75

RELAÇÃO ENTRE P1 e P19	STEP 3,6%	STEP 3,8%	STEP 4%	STEP 5%
	89,01%	95,68%	102,58%	140,66%

O movimento sindical no Brasil – um olhar crítico

O sindicalismo brasileiro, que se tornou uma referência mundial a partir do final dos anos 70, atualmente padece da mesma grave, crônica e prolongada crise que atinge o conjunto do sindicalismo internacional.

Naquela "fase de ouro" foi responsável por constantes recordes no número de greve, retomou a atuação intersindical de classe com a criação da CUT e de outras centrais, estendeu sua influência ao funcionalismo público e para o campo, e teve papel decisivo na luta pelo fim da ditadura militar.

Fruto desta dinâmica, própria da evolução da luta de classes no país, o sindicalismo projetou inúmeras lideranças no cenário político – Lula foi expressão maior desta ascensão –, ganhou enorme credibilidade na sociedade e obteve importantes conquistas na Constituinte de 88.

Hoje, entretanto, a realidade sindical no país é bastante preocupante. O descarrilamento do sindicalismo brasileiro começou a se manifestar com mais força nos anos 90. A ofensiva neoliberal no Brasil, iniciada no governo Collor de Mello e intensificada nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, foi um desastre para os trabalhadores e para o sindicalismo.

Os governos neoliberais, avessos à democracia, fizeram de tudo para satanizar e enfraquecer o sindicalismo. FHC acionou o Exército para reprimir a greve dos petroleiros, em maio de 1995, visando "quebrar a espinha dorsal dos sindicatos". Projetos legislativos foram baixados com o intento de fragmentar as entidades, asfixiá-las financeiramente e impedir o seu acesso à Justiça do Trabalho. Os servidores federais, que tiveram seus salários congelados por oito anos.

Para impor o projeto neoliberal de desregulamentação, desestatização e desnacionalização, FHC implantou um novo tipo de "fascismo de mercado" no país.

Os efeitos foram devastadores: queda no índice de sindicalização, assembleias esvaziadas; declínio do número de greves; crise de perspectiva nas direções sindicais – com várias lideranças bandeando para o campo neoliberal –; redução da influência das centrais e surgimento de inúmeras correntes abertamente favoráveis ao neoliberalismo ou adaptadas ao capitalismo; degeneração de vários dirigentes, mais preocupados com os seus aparelhos e privilégios. O sindicalismo perdeu representatividade nas bases e força política na sociedade.

A vitória popular nas eleições presidenciais de outubro de 2002, expressão da revolta contra o neoliberalismo, abriu um horizonte promissor para os trabalhadores e seus organismos de classe. Pela primeira vez na história do Brasil, um operário e ex-sindicalista – referência maior da retomada das lutas grevistas, preso e enquadrado na Lei de Segurança Nacional pela ditadura militar e fundador da CUT – chegava ao Palácio do Planalto. Abria-se a possibilidade de uma expressiva alteração da correlação de forças no país, tornando-a mais favorável à luta dos trabalhadores e ao fortalecimento do sindicalismo.

Mas, a burguesia não ficou parada. Partiu para revanche. Ao mesmo tempo em que criticou a "falta de autoridade do presidente" na repressão às lutas sociais, usou a chantagem do mercado e a manipulação da mídia para enquadrar o governo e evitar que ele rompesse com a camisa-de-força neoliberal.

A manutenção e aprofundamento do tripé neoliberal – arrocho monetário, superávit primário e libertinagem financeira – impediram que o país superasse os seus graves problemas estruturais. Os avanços obtidos em outros terrenos, com a adoção de uma política externa ativa e soberana, a não criminalização das lutas populares e a prioridade aos programas sociais, foram ofuscados pelo continuísmo na área econômica.

Esse cenário carregado de ambigüidades gerou perplexidade e confusão entre os trabalhadores e no meio sindical. Alguns setores, que há muito já manifestavam forte tendência reformista e social-democrata, se prostraram diante do discurso fatalista de que "não há alternativas ao neoliberalismo" e tentaram justificar todos os equívocos do novo governo, numa atitude de passividade acrítica e de puro adesismo.

Ao invés de contribuir para os avanços do governo, pressionando por mudanças e intensificando as lutas sociais, essa passividade fortaleceu os neoliberais, de fora e de dentro do Planalto.

No extremo oposto, outros setores partiram direto para a oposição frontal ao governo Lula, acusando-o de neoliberal e imperialista e afirmando não existir diferenças com o famigerado FHC.

O governo Lula, algo inédito na história do país, exigia maior equilíbrio e habilidade na definição da tática ajustada. Mas, infelizmente, o movimento sindical resvalou nos extremos da passividade acrítica e do voluntarismo sectário. Como efeito das limitações e desvios do governo Lula, ele não conseguiu encarar essa conquista histórica como um meio, e não um fim, para avançar na luta por um país soberano, democrático e mais justo, como aproximação do objetivo socialista.

O desenvolvimento da luta de classes no país, entretanto, tem contribuído mais recentemente para ajustar a tática do sindicalismo. Diante da política conciliadora e vacilante do governo e das práticas degeneradas da democracia burguesa, a direita neoliberal partiu para a revanche. Esta ação golpista, incensada pela mídia burguesa, forçou uma postura mais ativa do sindicalismo, que saiu às ruas para denunciar o bloco liberal-conservador e exigir o avanço nas mudanças.

Aproveitando-se do clima de maior democracia e da frágil retomada da economia, o sindicalismo também intensificou a pressão para conquistar avanços parciais com ações ainda de resistência.

No segundo mandato, as ações apresentadas pelo governo são contraditórias. Ao mesmo tempo em o presidente apresentou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), visando reforçar o papel indutor do Estado e superar o mito do "deus-mercado" e, no mesmo rumo progressista, vetando a emenda apresentada pela bancada patronal no parlamento que limitava a fiscalização nas empresas e incentivava a precarização, inclusive o trabalho escravo, o governo insiste em não mexer nos interesses do capital financeiro, mantendo intocado o tripé neoliberal - arrocho monetário, superávit primário e libertinagem financeira.

Além disso, este programa, apresenta contrabandos, como o que fixa em 1,5% o reajuste da folha de pagamento do funcionalismo público e engessa o próprio fortalecimento do Estado. Para se contrapor à esperada resistência deste setor, o governo apresenta propostas de regulamentação (de cercear) o direito de greve dos servidores e dos trabalhadores dos "setores essenciais" e de criação de fundação estatal retomando, assim, de forma definitiva, o projeto neoliberal.

Neste sentido, **três desafios surgem na atuação tática diante do governo Lula. O primeiro é o de preservar a autonomia do movimento sindical.** Qualquer confusão nesta tão complexa relação com o Estado será fatal para a luta dos trabalhadores, deixando-os desarmados para enfrentar as manobras do capital e as vacilações do governo. **O segundo é o de intensificar a luta de classes e elevar a pressão social.** A melhor forma de viabilizar um projeto de esquerda no governo é através da pressão. Hoje, diante do fascismo do mercado, não basta votar em governos progressistas. É preciso manter forte e permanente pressão social. **Em terceiro, será preciso agir com sabedoria política, evitando as artimanhas da direita neoliberal.**

Como se observa, o segundo mandato do presidente Lula coloca enormes desafios para o sindicalismo brasileiro e será definidor do futuro da luta de classes no país. Mas o cenário atual, pelos mesmos fatores apontados acima, confirma que é possível e urgente que os movimentos sociais adotem uma tática mais ofensiva e ousada. Será preciso apreender com os equívocos do passado, evitando tanto a passividade acrítica como o voluntarismo que não leva em consideração a real correlação de forças na sociedade brasileira.

Neste sentido, três desafios surgem na atuação tática diante do governo. **O primeiro é o de preservar a autonomia do movimento sindical.** Qualquer confusão nesta tão complexa relação com o Estado será fatal para a luta dos trabalhadores, deixando-os desarmados para enfrentar as manobras do capital e as vacilações do governo. **O segundo é o de intensificar a luta de classes e elevar a pressão social.** A melhor forma de viabilizar um projeto de esquerda no governo é através da pressão. Hoje, diante do fascismo do mercado,

não basta votar em governos progressistas. É preciso manter forte e permanente pressão social. **Em terceiro, será preciso agir com sabedoria política, evitando as artimanhas da direita neoliberal.**

Em termos concretos, a combinação destes três elementos – numa equação que é fácil de falar, mas difícil de fazer – tem efeitos práticos palpáveis.

Além da urgência de ajustes táticos na relação com um governo oriundo de suas lutas, o sindicalismo está diante de outros desafios de envergadura e de novas oportunidades históricas. Entre eles, vale destacar cinco temas estratégicos para o fortalecimento do sindicalismo classista e para o avanço da acumulação de forças e da disputa de hegemonia na sociedade no rumo da superação da barbárie capitalista:

a) Politização da classe. A vida demonstrou que não basta o sindicalismo lutar pelas questões imediatas, econômicas e corporativas; que é preciso alterar as forças nos postos de comando do país para garantir as conquistas duradouras para sua classe. Agora, indica que também não basta eleger governos identificados com os anseios dos trabalhadores; que o poder da "ditadura do mercado" é violento. Ambos ensinamentos reforçam ainda mais a necessidade de se forjar um sindicalismo que politize a classe e interfira nos rumos políticos do país. Sem mudanças estruturais não haverá desenvolvimento, soberania e valorização do trabalho. Sem um sindicalismo protagonista da luta política não haverá as urgentes mudanças estruturais.

b) Organização na base. Não existe sindicalismo forte sem sólidas organizações nas bases. A ditadura militar proibiu os sindicatos; o neoliberalismo procurou quebrar sua espinha dorsal. O novo ciclo político aberto no país cria uma possibilidade ímpar para fortalecer o sindicato na base. Esse novo ciclo político só trará saldo positivo se a organização no local de trabalho for encarada como prioridade máxima do sindicalismo, em palavras e atos!

c) Formação de classe. A ofensiva neoliberal aciou os sindicatos. Entre outros malefícios, houve um natural envelhecimento das direções sindicais, fruto da ausência de reposição de vagas, da defensividade das lutas e do esvaziamento das entidades. Essa realidade é bastante significativa e revela a preocupante ausência da renovação das lideranças e a fragilidade do trabalho de formação e de atualização político-sindical dos dirigentes e ativistas de base. O investimento em formação é hoje uma prioridade e deve ser tratada como emergencial. Do contrário, os sindicatos não expressarão as novas realidades do trabalho, inclusive com o ingresso de jovens, e não terão como dar respostas ao complexo debate de idéias que permeia a sociedade e os próprios locais de trabalho.

d) Ação intersindical. Para interferir nos rumos do país não basta a atuação meramente corporativa, por categoria. A unidade da classe é indispensável. Por outro lado, o complexo quadro atual provoca certa fragmentação dos organismos dos trabalhadores. O sindicato é um instrumento de frente única no qual se expressam diferentes concepções. A sua força reside exatamente na garantia da unidade na diversidade.

O CNG deve avaliar cada momento da conjuntura e do processo de negociação, mas como responsabilidade e sabendo cada passo deve ser dado, até porque o governo, está forte e conhece as fragilidades do movimento, quais são seus principais obstáculos e quais são as divergências interna da Federação, é por isto que devemos manter a unidade na ação e não deixarmos que nossas divergências se afluam, mantendo a coerência em cada ação desenvolvida, respeitando as várias linhas de pensamentos ideológicos que permeia o movimento, acreditando na unidade na ação, principalmente em defesa da Fasubra e de suas instancias democráticas de deliberação, pois, podemos estar dando espaço a um seguimento que aposta no divisionismo da nossa base podendo se apoderar, como idéias atrasadas, dos espaços de discussão.

A divergência manifestada no interior da federação e as tentativas de passar por cima das deliberações dos fóruns da categoria, ou a unidade na ação, pactuada para este final de greve, podem ser o fatores determinantes da nossa vitória ou derrota da nossa greve nacional.